

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Zero Hora

Class.: 1277

Data: 10/01/90

Pg.: _____

PAÍS

Garimpo consegue trégua com Sarney

□ Proposta do governador de Roraima leva Sarney a aprovar a permanência de garimpo em área que não a indígena, naquele Estado. Acordo é feito

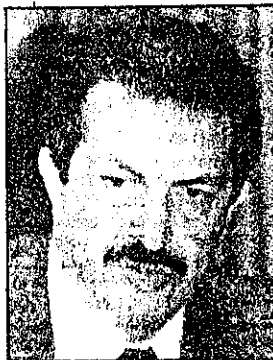
O governador de Roraima, Romero Jucá, conseguiu praticamente paralisar a "operação Canaimé", de retirada dos garimpeiros do território Ianomami, ao anunciar, ontem à noite, em Boa Vista, Roraima, que o Governo Federal iria autorizar a exploração de três grandes áreas, encravadas na Floresta Nacional do Estado mas fora da terra indígena. Seria a concretização do "Projeto Meridiano 62", proposto por Jucá em junho do ano passado. O governador disse que recebeu telefonema do presidente José Sarney aprovando sua idéia, e abriu uma espécie de trégua para negociações entre garimpeiros, Funai, Ibama e Polícia Federal, embora as principais pistas de

aerôportos na região permanecam interditas.

O projeto destina as regiões do Catrimani-Couto Magalhaes, com 352.075 hectares, Uraricoera, com 195 mil, e Urarica-Santa Rosa, com 117.880 hectares, encaves rodeados pela reserva Ianomami, para a exploração dos garimpeiros que, hoje se encontram no território indígena.

As portarias regulamentando as áreas deveriam ser assinadas pelo ministro das Minas e Energia, Vicente Fialho, após a publicação do decreto em que Sarney disciplina a atividade garimpeira, segundo Jucá.

TUMA & SOLUÇÃO— O diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, chegou ontem a Boa Vista, para uma reunião com o governador Romero Jucá, Ibama e Funai e com uma orientação do presidente José Sarney de encontrar uma solução pacífica, sem que a Polícia Federal seja obrigada a expulsar a força os garim-



Tuma: proposta de Sarney

peiros da reserva Ianomami. Se até ontem os garimpeiros repudiavam a operação, pelo menos ontem ficaram mais satisfeitos com seu novo rumo, embora ainda teimem em querer ficar na reserva Ianomami.

O que seria uma retirada de garimpeiros, com a Polícia Federal atuando na Área com 400 homens, para expulsá-los, virou

uma operação de remanejamento para as áreas do Projeto Meridiano.

A Polícia Federal continuará a fiscalizar o aeroporto de Boa Vista e as pistas adjacentes à cidade, para impedir que aviões abasteçam os garimpos com combustível e mantimentos. A data limite do dia 15 para o remanejamento dos garimpeiros, pela Polícia Federal, juntamente com a Funai, Ibama e, agora também, com o acompanhamento do Governo de Roraima, a princípio, foi mantida.

Só que os garimpeiros não querem ir para as novas regiões, pois alegam que, nelas, o ouro é de difícil extração e de uma qualidade inferior ao encontrado na reserva Ianomami. No entanto, Jucá deverá persuadi-los para que aceitem a saída pacífica da área Ianomami para as três áreas demarcadas no projeto.

"São áreas blefadas, de pouca extração," disse um garimpeiro. (AG)

Acordo deve ser firmado nos próximos três dias

O acordo para a retirada dos garimpeiros da reserva indígena dos Ianomamis está praticamente concluído e o Governo já demarcou três novas áreas que serão destinadas ao trabalho de garimpagem em Roraima. A informação é do ministro da Justiça, Saulo Ramos, que garantiu que todas as medidas tomadas pela "operação retirada" estão previstas na nova Constituição brasileira. Ele acredita que o acordo entre Governo

e garimpeiros seja assinado nos próximos três dias e, no máximo em quinze dias, todos os garimpeiros já tentam deixado a região. Pelo acordo, coordenado pelo diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, os garimpeiros ocuparão três áreas localizadas nos municípios de Santa Rosa, Santa Isabel e Catrimani, e utilizarão, obrigatoriamente, equipamentos de filtragem de mercúrio para não devastar a região. Em contra-

partida, os garimpeiros se comprometem a deixar as terras Ianomamis pacificamente e com recursos próprios, deixar todas as instalações dos antigos garimpos sob a responsabilidade da Funai, entregar todas as armas e encaminhar os portadores de doenças para tratamento médico antes da entrada nas novas áreas.

QUARTA ÁREA — Os garimpeiros

continuam exigindo a liberação de uma quarta área, localizada na fronteira com a Venezuela, acrescentando que a questão ainda está sendo analisada pelo Governo.

Saulo Ramos afirmou que não acredita no retorno dos garimpeiros para as áreas indígenas, já que eles estarão localizados e legalizados nas novas áreas. O retorno poderá ser punido com severas sanções penais, garantiu. (Radiobrás)